



Sr. Presidente
Sr.as. e Srs. Deputados
Srs. Membros do Governo

O assunto que hoje trago a este Parlamento – Luta Contra as Toxicodependências - não é de fácil abordagem, mas é de interesse relevante para a Região.

No mundo em que vivemos existem problemas de ordem vária numa escala cada vez mais global: a fome; a guerra; a especulação financeira; as crescentes tentativas de implementação de regimes neoliberais com nuances de xenofobia; a crise ambiental; o consumismo irracional, fomentado pelo objectivo do lucro a todo o custo e por uma publicidade sem escrúpulos que todos usa, incluindo as próprias crianças desde que nascem; o banditismo organizado; o terrorismo; etc.

Assim, deve-se enquadrar todas as problemáticas locais neste quadro global, procurando soluções específicas, mas não esquecendo que a efectiva resolução de problemas globais, que ultrapassam grandemente o âmbito local, passa por soluções, também, globalizantes, e que na sua maioria exigem um novo equilíbrio entre a esfera do político e do económico, submetendo ao escrutínio democrático os grandes focos multinacionais de poder financeiro e económico, nos quais está incluído o tráfico das drogas.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1998, e a União Europeia na estratégia anti-droga (2000-2004), recomendaram “a prevenção das drogas e a redução das consequências adversas do seu abuso”.

É neste contexto mundial e europeu, que se deve abordar, localmente, a problemática da Luta Contra as Dependências.

É do conhecimento de todos nós que as dependências, com particular relevo para o alcoolismo e para o consumo de drogas ilegais, está na raiz de parte importante das situações de pobreza e de exclusão social existentes nos Açores. Por estas razões, fomentar a prevenção e o combate às dependências e promover estilos de vida saudáveis foi um compromisso eleitoral do PS/Açores, plasmado no Programa do VIII Governo Regional.

Comprometeu-se o Governo em implementar uma política integrada de prevenção e combate às dependências através de estratégias que passam pela promoção de estilos de vida saudáveis, pela criação de contratos-programa com as IPSS e outras instituições que estejam vocacionadas para desenvolver trabalho nessas áreas.

Sr. Presidente
Sr.as. e Srs. Deputados
Srs. Membros do Governo



No Plano de Médio Prazo 2001-2004, está contemplada uma acção/programa com a respectiva verba, que se destina a implementar medidas no âmbito da Luta Contra as Dependências.

À Secretaria Regional dos Assuntos Sociais foi atribuída a competência funcional da - Luta Contra as Dependências -.

Com estes dois mecanismos e com o, já criado, Núcleo de Coordenação do Programa Regional de Luta Contra as Dependências, tem sido possível desenvolver trabalho no âmbito daquela competência funcional.

Os principais vectores orientadores da acção têm sido:

- A) Acesso ao Tratamento;
- B) Prevenção Primária;
- C) Redução de Riscos e Minimização de Danos;
- D) Reinserção Social;
- E) Descrimininalização do Consumo;
- F) Formação e Actualização Profissional;

Relativamente ao Acesso ao Tratamento dos toxicodependentes de drogas lícitas e/ou ilícitas, têm-se verificado melhorias significativas.

Têm sido implementadas algumas medidas, das quais se destacam:

- Reforço da operacionalidade da Clínica São João de Deus, em funcionamento em S.Miguel, e das Casas de Saúde Psiquiátricas da Terceira, São Rafael e Espírito Santo, com individualização de camas para o internamento desses doentes;
- Alargamento dos cuidados ambulatoriais efectuados nos Serviços de Psiquiatria dos hospitais da Região;
- Melhoria da articulação entre os Centros de Saúde e Serviços Especializados de Psiquiatria e Toxicodependência;



- Adopção de um Programa de Redução de Danos – Metadona, destinado a toxicodependentes com características especiais, que precisam de um substituto para deixarem de auto-administrar drogas intravenosas, com o objectivo de os ajudar a melhorar os seus hábitos de vida para que diminuam os factores de risco;

Passemos, agora, à vertente da Prevenção Primária, fundamental num processo que tem de passar por uma informação às crianças e os jovens, acerca das consequências perniciosas do consumo de drogas, ao mesmo tempo que se lhes procura dar pistas para atitudes saudáveis e de fruição da vida, como alternativa.

A saber:

- As Campanhas de Verão 2001 “Contra o Uso e Abuso do Álcool” e “Prevenção da Sida”, procurando chamar a atenção da população jovem residente nos Açores e responsáveis mais directos pela sua educação, para as consequências nefastas daqueles comportamentos de risco;
- Lançamento da Campanha de “Prevenção e Luta Contra a Droga” realizada no início do presente ano lectivo, para promover a informação junto dos jovens em idade escolar;
- Implementação do Projecto de “Prevenção e Sensibilização para a Problemática do Álcool” nas escolas do 1º ciclo do ensino básico:

Este Projecto foi, já, executado, pela Casa de Saúde de S.Miguel, nas escolas desta ilha. Desde 04 de Março está a ser executado nas escolas do 1º ciclo das ilhas do Grupo Central e Ocidental, pelos técnicos da Casa de Saúde de São Rafael e abrange um total de 8.000 crianças.

A coordenação, avaliação e financiamento (20.000 euros), são da responsabilidade da SRAS.

Ainda nesta vertente , e no âmbito do “**Plano Regional Integrado de Prevenção Primária**” há vários projectos candidatos ao apoio do Instituto Português da Droga e Toxicoddependência (IPDT), os quais têm por objectivo promover estilos de vida saudáveis em diferentes sectores sociais, nomeadamente, no meio familiar, escolar, espaços recreativos de lazer e desportivos. Numa primeira fase esses projectos irão ser implementados nas ilhas de S.Miguel, Terceira e Faial, pretendendo-se alargá-los, progressivamente, às restantes ilhas.

Para que se possa conhecer, com mais objectividade, a dimensão dos fenómenos de consumo lícito e ilícito de substâncias psicoactivas, junto dos jovens que frequentam a



escola, foi aplicado às escolas da Região com 2º/ 3º ciclos e ensino secundário, o Inquérito Nacional Droga – Meio Escolar, coordenado pelo Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT).

Prevê-se para o segundo trimestre do corrente ano, a divulgação dos resultados deste estudo.

Durante o corrente ano, a Região vai participar no projecto nacional de investigação sobre a “Estimativa da Prevalência dos Consumos Problemáticos,” em parceria com o IPDT.

No quadro da **Redução de Riscos e Minimização de Danos**, iniciar-se-ão, em breve, acções junto a jovens pertencentes a grupos de risco, as quais consistem, fundamentalmente, em divulgar informação, dar apoio psicossocial, encaminhar e acompanhar, permitindo assegurar uma continuidade em termos de resposta na prestação de cuidados de saúde. Estas acções serão asseguradas por uma “**Equipa de Rua**”, a ser criada.

Com o objectivo de potenciar a inserção social e profissional de ex-toxicodependentes, como parte integrante e fundamental do processo de tratamento, pretende-se implementar na Região, em colaboração com a Direcção Regional de Juventude, Emprego e Formação Profissional, o “**Programa Vida-Emprego**”.

Esta etapa contem entraves difíceis de ultrapassar, e tem de haver uma conjugação de esforços de várias entidades, com principal relevo para os empregadores públicos e privados.

Entretanto, com a publicação da Lei n.º30/2000, de 29 de Novembro e o Decreto Legislativo Regional n.º7/2001/A, de 27 de Abril, criaram-se na Região três Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, a funcionar em São Miguel, Terceira e Faial.

O Protocolo de Cooperação, assinado em 22 de Fevereiro de 2002, entre a Presidência do Conselho de Ministros e a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, estabelece regras de cooperação técnica e financeira em matéria de luta contra a droga e toxicodependência. De acordo com aquele protocolo, através do IPDT, serão financiadas as despesas relacionadas com o funcionamento das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência e da Equipa de Rua.

Através das verbas do “Joker” destinadas à luta contra a droga e a toxicodependência serão cofinanciados projectos de prevenção primária.

Foi minha intenção informar este Parlamento no que diz respeito às estratégias de intervenção adoptadas pela tutela da Luta Contra as Dependências, no âmbito da prevenção primária, acesso ao tratamento, redução de riscos e minimização de danos, inserção social e descriminalização do consumo, bem como, dos projectos já executados



e dos que estão programados, explicitando o investimento e a iniciativa que o VIII Governo Regional tem vindo a ter nesta área.

Sr. Presidente

Sr.as. e Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Termino dizendo que, do meu ponto de vista, é essencial que toda a sociedade, em especial todos os que mais directamente estão ligados aos jovens (pais, educadores, profissionais de saúde, decisores políticos, jornalistas,...). conheçam, com profundidade, tudo o que está a montante e a jusante do flagelo das toxicodependências. Só esse conhecimento nos pode habilitar a intervir no sentido de ajudar à luta contra as toxicodependências.

O esforço tem de ser colectivo!

Disse.

Deputada Natividade Luz

Horta, Sala das Sessões

20/03/02